

**Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Conservação e Restauro (CNAEF 210, 211, 215 ou 225), para exercício de funções na Divisão de Museus.**

## **CONVOCATÓRIA PARA A PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS**

Convocam-se os candidatos admitidos ao procedimento concursal acima referido para a realização da Prova Escrita de Conhecimentos, que terá lugar **no dia 20 de novembro** do corrente ano, pelas 16h00, no Refeitório do Edifício Cascais Center, sito na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, piso -1, 2750-421 Cascais.

A prova escrita de conhecimentos, conforme expresso no Aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202407/0100, de 02 de julho de 2024, terá uma duração de uma hora e trinta minutos (uma única fase), a que acresce 15 minutos de tolerância.

A prova de conhecimentos assumirá a forma escrita, de realização individual, sob anonimato, de natureza teórica, específica, será em suporte papel e composta por 17 questões de escolha múltipla e duas questões de desenvolvimento.

A prova versará sobre os temas/legislação/bibliografia que a seguir se discriminam:

### **Temas:**

- Vínculo de emprego público: Garantias de imparcialidade (Capítulo I do Título I da Parte II da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas); direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público, atividade, local de trabalho e carreiras (Capítulos I e II do Título IV da Parte II da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e exercício do poder disciplinar (Capítulo VII do Título IV da Parte II da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- Código de Ética e Conduta do Município de Cascais;
- Manual de Gestão de Conflitos de Interesses do Município de Cascais;
- Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras/intervenções sobre bens culturais, de interesse nacional;
- Lei Quadro dos Museus Portugueses;
- Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Bairro dos Museus;
- Conservação e restauro;
- Conservação de achados arqueológicos.

### **3.6.2. Legislação/bibliografia:**

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 07 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, pelas Leis n.º 79/2019, de 2 de setembro, 82/2019, de 2 de setembro, 2/2020, de 31 de março, pelos Decretos-Leis n.º 51/2022, de 26 de julho, e 84-F/2022, de 16 de dezembro, 53/2023, de 5 de julho, 12/2024, de 10 de janeiro, e 13/2024, de 10 de janeiro;
- Código de Ética e Conduta do Município de Cascais, disponível em [codigo de etica e conduta 2024.pdf \(cascais.pt\)](#);
- Manual de Gestão de Conflitos de Interesses do Município de Cascais, disponível em: [https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/manual\\_gestao\\_conflitos\\_interesses\\_2022.pdf](https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/manual_gestao_conflitos_interesses_2022.pdf);
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-207631928>;
- Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, que aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/47-2004-480516>;
- Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, alterada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514>;
- Bairro dos Museus, disponível em: <https://bairrodosmuseus.cascais.pt/>;
- BEKIC, Luka et al. Conservation of underwater Archeological Finds (Manual), II Edition, Zadar, 2014, disponível em: [https://www.academia.edu/6543253/Beki%C4%87\\_Led\\_Conservation\\_of\\_Underwater\\_Archeological\\_Finds\\_Manual\\_II\\_edition\\_Zadar\\_2014](https://www.academia.edu/6543253/Beki%C4%87_Led_Conservation_of_Underwater_Archeological_Finds_Manual_II_edition_Zadar_2014);
- HAMILTON, Donny L. Methods of conserving Archaeological Material From Underwater Sites. Texas A&M University, 1998, disponível em: <http://liberalarts.tamu.edu/nautarch/wp-content/uploads/sites/32/2021/10/ConservationManual.pdf>;
- Rodrigues, J. D., & Revez, M. J. (2008), Glossário Ilustrado das Formas de Deterioração da Pedra (Vol. 15). ICOMOS – ISCS, disponível em:

Glossário Ilustrado das Formas de Deterioração da Pedra (icomos.pt);

- ICCROM. Conservation on archaeological excavations. Ed. Stanley Price, 1995, disponível em:

[https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-02/1995\\_stanley-price\\_excavations\\_mediterranean\\_eng\\_61233\\_light.pdf](https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-02/1995_stanley-price_excavations_mediterranean_eng_61233_light.pdf)

- BRANDI, C. Teoria da restauração. Orion, 2006, disponível em:

<https://dokumen.tips/documents/teoria-da-restauracao-cesare-brandi-parte-1.html?page=55>

Durante a realização da prova, os candidatos poderão consultar os diplomas legais acima identificados, na sua versão atualizada, **sem quaisquer anotações/comentários/sublinhados, com "post its" escritos ou separadores escritos, e em suporte de papel**, bem como o Código de Ética e Conduta do Município de Cascais e o Manual de Gestão de Conflitos de Interesse do Município de Cascais, que cada candidato deverá trazer consigo, não sendo, contudo, autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer aparelho eletrónico computadorizado.

A atualização da legislação acima referenciada, ocorrida após a publicitação do presente procedimento, será da responsabilidade dos candidatos, sendo sobre a legislação atualizada que versará a prova de conhecimentos.

A Prova de Conhecimentos será valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

Os candidatos que na prova de conhecimentos obtenham classificação inferior a 9,5 valores considerar-se-ão não aprovados.

Os candidatos deverão apresentar-se no local da realização da prova munidos dos respetivos **cartões de cidadão ou outro documento válido para o efeito, com o mínimo de 30 minutos de antecedência.**

**Após o início da prova, apenas será concedida a tolerância de 15 minutos por atraso.**

A falta de comparência na prestação da prova de conhecimentos determina a exclusão do procedimento concursal.

#### O Júri

Assinado por: **Maria de Jesus Marmelo Ventura**  
Num. de Identificação: 07011329  
Data: 2024.11.11 15:32:45+00'00'

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

\_\_\_\_\_  
**1.ª Vogal Efetiva**

\_\_\_\_\_  
**2.ª Vogal Efetiva**

